



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA – SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2020 - MANDATO 2017 – 2021

--- Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro de dois mil e vinte, reuniu a Assembleia Municipal de Alpiarça, em Sessão Ordinária no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho de Alpiarça, cuja Mesa foi composta pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Fernando Louro, que foi secretariado pela 2.ª Secretária, Senhora Fernanda Fragoso Garnel e pelo Senhor secretário João Osório. -----

--- Verificou-se a presença dos seguintes Deputados Municipais:-----

--- 1. Júlio Manuel Fernandes Pratas (CDU). -----

--- 2. João Pedro Antunes Osório (CDU). -----

--- 3. Anabela Feliciano da Costa (CDU).-----

--- 4. Celestino Tomaz Pereira Brasileiro (CDU).-----

--- 5. Fernanda Fragoso Garnel (CDU). -----

--- 6. Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontainhas Amorim Cardigo (CDU). -----

--- 7. Maria Graciete Brito (PS). -----

--- 8. Abel Ferreira Melro Pedro (PS).-----

--- 9. Maria Filomena Lopes Rúbio (PS).-----

--- 10. Armindo Pinto Batata (MUDA). -----

--- 11. Rodolfo Manuel Machacaz Colhe (PS).-----

--- 12. Miguel Ângelo Félix Miranda (CDU).-----

--- Verificou-se, igualmente, a presença dos seguintes elementos do Executivo Municipal:-----

--- 1. Presidente Mário Fernando Atracado Pereira.-----

--- 2. Vereador Carlos Jorge Duarte Pereira. -----

--- 3. Vereador João Pedro Costa Arraiolos.-----

--- 4. Vereador António da Conceição Moreira.-----

---5. Vereadora Alzira Maria Nunes Agostinho. -----

--- A Senhora Vereadora Sónia Sanfona esteve ausente, tendo sido substituída pela Senhora Vereadora Alzira Maria Nunes Agostinho. -----

--- A Ordem do Dia foi a seguinte: -----

--- **Ponto 1 - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo à Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro. Para conhecimento.** -----

--- **Ponto 2 - Apreciação do Relatório Anual de Atividades da CPCJ de Alpiarça de acordo com a alínea j) do artigo 18.º da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro. Para conhecimento.** -----

--- **Ponto 3 - Apreciação e votação da Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana 2 de Alpiarça. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da proposta.** -----

--- **Ponto 4 - Apreciação e Votação da Proposta de Modificação ao Orçamento e Grandes Opções do Plano - Revisão n.º 1. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da proposta.** -----

--- **Ponto 5 - Apresentação, Discussão e Votação das Propostas de Atas da Assembleia Municipal de Alpiarça, referentes às reuniões de 23/NOV/2018, 21/DEZ/2018 e 20/DEZ/2019. Para Deliberação.** -----

--- **Ponto 6 - Apresentação, Discussão e Votação de Recomendações, Moções e Votos, conforme disposto no n.º 2 do artigo 20.º do Regimento. Para Deliberação.** -----

--- A sessão foi aberta pelo Senhor Presidente da Mesa eram vinte horas e cinquenta e oito minutos. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa informou que, da parte da CDU, a Senhora Deputada Municipal Liliana dos Santos Carapinha foi substituída pelo Senhor Deputado Municipal Miguel Ângelo Félix Miranda, sendo que da parte do Partido Socialista se encontravam ausentes os Senhores Deputados Municipais Joaquim Luís Rosa do Céu e Carlos Alberto Marques, bem como as Senhoras Deputadas Municipais Ana Margarida V. Rosa do Céu e Ana Rita Marques, encontrando-se presente como substituto o Senhor Deputado Municipal Rodolfo Manuel Machacaz Colhe. -----

--- De seguida, solicitou ao Senhor Deputado Municipal João Osório que, como habitualmente, substituísse na Mesa a Senhora Deputada Municipal Liliana Carapinha.-----

--- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.**-----

--- Não houve inscrições no primeiro período de intervenção do público. -----

--- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.**-----

O Senhor Presidente da Mesa deu início ao período antes da ordem do dia, conferindo as respetivas inscrições para o mesmo e dando a palavra aos membros inscritos. -----

--- O Senhor Deputado Municipal Rodolfo Colhe questionou sobre o que se tinha passado no Complexo Desportivo, nomeadamente no parque de estacionamento, uma vez que, tinham sido arrancadas uma série de árvores, não sabendo se por vandalismo ou por opção. Referiu, também,

que gostava de saber o que se tinha passado com os ecopontos, situados perto da Câmara Municipal e terminou a sua intervenção, com uma questão sobre o investimento chinês feito no Concelho, pois tinha ouvido dizer que ia ser feito um grande investimento e como tal, gostaria de saber se o Município pretendia fazer alguma coisa para defender o comércio tradicional. -----

--- O Senhor Deputado Municipal Armindo Batata, tomando a palavra, questionou a Mesa sobre o motivo de já não ser facultada aos membros da Assembleia Municipal, uma fotocópia do registo de entradas e saídas de correspondência, uma vez que, o Regimento estabelecia que devia ser dado conhecimento do expediente à Assembleia Municipal. Abordou o problema das passadeiras para peões, que continuavam sem sinalização vertical, o que no seu entendimento constituía uma armadilha, porque apesar de ser visível para o peão, podia não o ser para um automobilista. -----

--- Referiu-se à limpeza da vala, salientando que a mesma poderia, em breve, ser novamente uma atração para locais e outros visitantes, dizendo também que a utilização lúdica ou desportiva daquele espelho de água, poderia impedir que as habituais infestantes tomassem de novo conta daquela massa de água, pelo que questionava se estava planeada alguma atividade para dinamizar a vala, nomeadamente, contactos com interessados em atividades desportivas ou lúdicas. Terminou a sua intervenção, salientando que tinha constatado pessoalmente que o circuito pedonal implantado pelo Turismo do Alentejo e Ribatejo e criado com o intuito de ser uma rota circular, continuava fechado a cadeado na zona dentro da Reserva do Cavalo Sorraia, pelo que quando as pessoas ali chegavam “batiam com o nariz no cadeado” e tinham de voltar para trás, pelo que inquiria se já tinha sido tirado o cadeado ou reaberto o circuito. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra à Senhora Deputada Municipal Anabela Costa, que disse que foi com grande alegria e orgulho, que assistiu ao Desfile de Carnaval do Concelho, salientando a boa organização, o número de carros participantes e a criatividade dos mesmos, o número de foliões, bem como o número de visitantes de dentro e de fora do Concelho, o que significava que estava a haver a preocupação de proporcionar um bom desfile de carnaval a quem assistia. Deixou também uma nota de apreço ao desfile de carnaval das crianças das escolas do Concelho, que também contou com bastantes participações, não apenas das escolas do Agrupamento de Alpiarça, mas também com os meninos da Fundação José Relvas, pelo que desejava que este tipo de iniciativas se mantivessem. -----

--- A sessão continuou com a intervenção da Senhora Deputada Municipal Graciete Brito, que começou por dizer que não tinha tido a oportunidade de estar presente no desfile de carnaval do Domingo, e como tal, não se iria pronunciar sobre o mesmo, mas quanto ao carnaval das crianças, tinha sentido alguma falta de organização, porque algumas crianças estiveram mais de meia hora

ao sol, à espera que o desfile começasse, pelo que em futuras iniciativas desejava que tal situação não se repetisse. -----

--- Abordou, também, a situação das pedras que continuavam a ser partidas na Praça José Pinhão, que não era um local indicado para a prática de desportos radicais como o skate e por isso, deveria ser encontrada uma forma de proibir aquele tipo de prática desportiva na Praça e deviam ser substituídas as pedras quebradas. Finalizou a intervenção afirmando que, tal como tinha constatado por fotografia, existiam trabalhos na via pública, que estavam a ser sinalizados apenas por um ferro com uma fita à volta, sendo que durante o dia podia ser fácil ver tal sinalização, mas de noite não, o que se tornava perigoso. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra à Senhora Deputada Municipal Fernanda Cardigo, que, como habitualmente, deu nota da atividade da Junta de Freguesia, explicando que o período ainda era curto e com o orçamento diminuto da Junta, não podia dizer que tivesse havido muita atividade, mas ainda assim tinha sido dada continuidade ao projeto “Mãos Dadas”, e nesse sentido estavam a receber alguns móveis de pessoas que já não os usavam, estavam a arranjar-los e a colocá-los em casa de famílias carenciadas. Informou que estavam em fase de conclusão as obras em duas moradias, que eram praticamente barracões, pois não tinham casa de banho nem cozinha e o telhado estava a cair e a Junta de Freguesia, com alguma dificuldade pelo facto de não ter pedreiros nem carpinteiros, estava a conseguir arranjar-las, com a ajuda da Câmara Municipal, bem como dos contratados através de contratos de inserção. -----

--- Disse que estava a decorrer no Lavadouro o apoio ao preenchimento das declarações do IRS, nomeadamente, na confirmação do agregado familiar, bem como na verificação e validação de faturas, referiu que a Junta de Freguesia iria colaborar com o Município nas comemorações do Dia da Mulher e também que tinha colaborado no carnaval, com a oferta dos lanches aos participantes e por fim, deu nota que nos dias 24 e 25 de Janeiro, tinha estado com a Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia, em Portimão, no Congresso da ANAFRE, onde foram apresentadas quarente e oito moções e aprovadas quarenta e sete, relativas à defesa do serviço postal, à reorganização administrativa das Freguesias, ao tema da regionalização e algumas específicas dos territórios dos proponentes, uma vez que, algumas freguesias reclamaram mais verbas, por estarem sujeitas a situações de calamidade. -----

--- Tomou a palavra o Senhor Deputado Municipal Celestino Brasileiro, registando uma situação que naquele momento era muito evidente e como tal, não podia deixar de referi-la, que era o facto de a Assembleia não estar completa, verificando-se ausências na bancada do Partido Socialista, que estava reduzida a quase metade, pois em sete eleitos estavam presentes quatro. Salientou que

era com tristeza que constatava tal facto, porque todos tinham participado nas suas campanhas eleitorais a pedir aos eleitores que votassem, desejando cada força política ter o máximo de representantes nos órgãos do poder local, mas os eleitos não compareciam às sessões, pelo que lhe parecia que os eleitores do Partido Socialista se deviam sentir defraudados, já que os membros que elegeram não estavam todos presentes, sendo que das listas para Assembleia Municipal constavam quinze membros efetivos e quinze membros suplentes, ou seja, trinta membros no total, pelo que podiam existir substituições e por isso, parecia-lhe que estava a haver alguma falta de respeito pelos eleitores. -----

--- De seguida, falou da limpeza das ruas e da recolha do lixo, dizendo que tal assunto era muitas vezes referido na Assembleia pelo aspeto negativo, mas que não podia deixar de frisar que se estava a verificar uma clara melhoria nessa área, resultante do aumento do pessoal que Autarquia tinha disponível para a realização dos trabalhos exteriores, uma vez que, durante o ano de 2019 a Câmara Municipal de Alpiarça saiu do processo de endividamento excessivo e a partir daí foi possível fazer novas contratações, abrir concursos, existindo por isso um maior número de trabalhadores nos serviços em causa, o que permitia melhorar a qualidade dos trabalhos. -----

--- O Senhor Deputado Municipal João Osório deu os parabéns ao Concelho de Alpiarça e às suas gentes, pela abertura de um novo espaço comercial no dia 15 de Janeiro, que se traduzia num investimento de mais de cinco milhões de euros e na criação de mais postos de trabalho, bem como mais oferta de produtos aos Alpiarcenses, dizendo que para tal tinha certamente contribuído a visão da CDU ao longo dos seus mandatos. Explicou, igualmente, que foi muito importante a criação de condições técnicas para alterar toda a área de localização de tal espaço comercial, e apesar de serem muito criticados e postos em causa, a persistência dos eleitos da CDU estava a ser muito importante, sendo prova disso a criação das ARUS, que não só permitiam ao Município apresentar candidaturas, como também permitiam aos municípios investir na reabilitação dos seus imóveis, com condições financeiras e fiscais mais vantajosas. -----

--- Continuou sublinhando que a intervenção no Jardim Municipal tinha permitido o surgimento duma nova área centralizada, tendo-se criado um espaço bonito e digno, que serviu de impulso para novos investimentos no Concelho, uns já realizados e outros programados, mas para que tudo aquilo pudesse ter acontecido, o executivo municipal da CDU tinha iniciado o seu trabalho em 2010, realizando várias reuniões de preparação para a concretização das ARUS, no Clube Desportivo “Os Águias”, na sociedade Filarmónica Alpiarcense, na Junta de Freguesia e por isso, com determinação e confiança iriam cumprir o respetivo programa eleitoral. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa respondeu à questão colocada pelo Senhor Deputado Municipal

Armando Batata, afirmando que nunca tinha dado instruções para que o relatório da correspondência da Assembleia Municipal deixasse de ser enviado e nessa sequência, o Senhor Deputado Municipal João Osório esclareceu que a Câmara Municipal estava em processo de desmaterialização, para que todos os procedimentos passassem a fazer-se digitalmente, pelo que durante tal processo não houve possibilidade de mandar tais documentos, mas de futuro os mesmos iriam passar a ser enviados. -----

- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que informou, em suma, o seguinte: -----

--- Em relação à primeira questão colocada pelo Senhor Deputado Municipal Rodolfo Colhe não tinha nota da situação, mas o Senhor Vereador Carlos Jorge poderia eventualmente ter alguma informação sobre a mesma e quanto aos incidentes com os ecopontos, julgava ter sido deitado fogo a um ecoponto, sendo que a Câmara tinha acionado os meios necessários, tendo comunicado o incidente a várias entidades, nomeadamente, à GNR, aos bombeiros e à própria empresa intermunicipal Ecolezíria, que fez a reposição do equipamento danificado. -----

--- Sobre o investimento, disse estar a acompanhar um investimento na área comercial por parte de cidadãos chineses, que era como outros que ao longo dos anos tinham existido no Concelho, feitos por cidadãos, empresas e grupos de outras nacionalidades, julgando aliás que essa era uma regra de ouro do sistema económico capitalista em que se vivia, no qual o capital não tinha nacionalidade nem cor. Assim, não lhe parecia que se devesse diferenciar negativamente o tipo de investimento feito num concelho ou num país, tanto mais que em Portugal, durante os últimos anos, tinha-se apostado no investimento chinês em várias áreas de atividade, e inclusivamente alienado empresas que prestavam serviços públicos estruturantes para a atividade económica do país a capital chinês, pelo que não via qual era o problema, pois o investimento que se fizesse no Concelho ou no país, fosse Belga, Holandês ou outro qualquer, era sempre bem-vindo. -----

--- Referindo-se à questão do comércio local e da luta tremenda e altamente desigual que tinham que travar, em particular os pequenos comerciantes, frisou que alguns conseguiam manter-se e até por vezes reforçar a sua própria atividade, existindo no Concelho um conjunto de exemplos da capacidade de resistência desses comerciantes, perante a tendência geral marcada pela própria dinâmica do sistema económico em que se estava a viver, e relativamente à qual as autarquias também muito pouco podiam fazer para alterar. Explicou que a Câmara Municipal procurava defender os comerciantes, através da adoção de um conjunto de iniciativas, desenvolvidas pelo Município e pela Freguesia ao longo do ano, destinadas a valorizar os produtos locais, bem como a atividade gastronómica, vitivinícola e agrícola em geral, sendo que se estava a concretizar naquele

momento, o maior investimento das últimas décadas feito na dinamização do comércio local, nomeadamente, através da reabilitação do Mercado Municipal. -----

--- Esclareceu que na limpeza da Vala de Alpiarça, se pretendia que fossem limpas as margens e retiradas as árvores e os arbustos infestantes, bem como se fizesse a sustentação da própria maracha e no final que fosse feita a limpeza do leito, com a retirada da pinheirinha e dos jacintos de água, sendo essa a natureza da empreitada que estava em curso. Quanto à questão da valorização turística, disse que a mesma poderia surgir associada à limpeza, mas não estava propriamente na origem da empreitada em curso, embora fossem realizadas pontualmente, algumas atividades durante o Festival do Melão, bem como outras iniciativa no Parque do Carril, procurando assim atrair turisticamente as pessoas para a fruição da Vala de Alpiarça, para passeios de barco, para concursos de pesca pontuais e portanto, pelo menos isso iria continuar a fazer-se, mas não existia ainda um plano estruturado de utilização futura da Vala. -----

--- De seguida, referiu-se ao Carnaval, dizendo que embora não estando presente, tinha falado com várias pessoas, tinha ligado para saber como estava a correr e tinha visto as fotografias e os vídeos, pelo que considerava ter havido maior participação, quer de foliões, quer de grupos mascarados e um número de carros que há muito tempo não se registava no curso de Domingo, pelo que era visível que o Carnaval se estava a afirmar no Concelho de Alpiarça, sem implicar a afetação de um valor muito elevado, pois contava com a colaboração das coletividades mais representativas do Concelho, com destaque naturalmente para da própria Sociedade Filarmónica Alpiarcense 1.º Dezembro como entidade organizadora do Carnaval. Quanto ao carnaval das crianças, organizado pelo Agrupamento de Escolas, com o apoio da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia, não tinha qualquer informação de que não tivesse corrido bem. -----

--- À questão sobre a Praça José Pinhão, respondeu dizendo que as lages danificadas iriam ser substituídas, até porque se tratavam apenas de duas ou três lages, numa infraestrutura que contava já com quinze anos de utilização regular, situada no centro da vila e tinham sido colocados autocolantes a proibir expressamente a utilização de skates, bem como solicitada a colaboração da GNR para a fiscalização daquele espaço. Sobre a sinalização dos trabalhos na via pública, esclareceu que as instruções existentes eram no sentido de ser utilizada a sinalética devida e adequada às obras em curso, mas como outras entidades também tinham intervenção no espaço público do Concelho, podiam adotar outras formas de sinalização. -----

--- Destacou a colaboração que existia entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, na realização de um conjunto de iniciativas ao longo do ano e louvou o trabalho da Junta de Freguesia na recuperação de algumas habitações de famílias com mais dificuldades, considerando que era

um importante serviço ao nível da ação social no Concelho, que a Junta Freguesia tinha conseguido ao longo dos anos alargar, contando também com o apoio possível por parte da Câmara Municipal.

--- Concordou com as declarações do Senhor Deputado Municipal Celestino Brasileiro, em relação à limpeza das ruas e lembrou que o quadro pessoal não se alterava muito, mantendo um défice de trabalhadores, quando comparado com os existentes há 10, 12 ou 13 anos atrás, pois em 2005 o Município de Alpiarça tinha cerca de 205 trabalhadores com vínculo, não contando com os trabalhadores colocados aos abrigos dos antigos POC (atuais CEI), e atualmente tinha cerca de 160 trabalhadores, a contar com os das escolas, que não entravam no cálculo de 2005, pois nessa época existiam à volta de 50 trabalhadores nas escolas, o que aumentaria o número de trabalhadores para mais ou menos 250, caso o Município já tivesse essa competência, ou seja, eram quase 100 pessoas a menos a trabalhar na Câmara de Alpiarça, não obstante o aumento das competências exigidas ou transferidas para os municípios. -----

--- Destacou que o processo de regularização dos vínculos precários, permitiu a possibilidade de abrir concursos, até porque o Município já não estava limitado pelo excesso endividamento, pelo que foram colocados mais alguns trabalhadores, que ajudaram à visível melhoria dos serviços.-----

--- Deu ainda nota da sua concordância com a intervenção do Senhor Deputado Municipal João Osório, relativa às matérias no âmbito da organização do espaço urbano, da reabilitação urbana e também do investimento, frisando que não compreendia como é que o Jardim Municipal podia ter sido alvo de críticas, algumas delas completamente exageradas, pois o que foi concretizado já era uma intenção antiga da Câmara de Alpiarça, como se podia constatar no PDM de 1994, onde os dois lotes agora ocupados, já se destinavam à expansão do Jardim Municipal, e portanto isso tinha sido feito, aproveitando verbas no âmbito da reabilitação urbana e que estavam à disposição no quadro comunitário. Especificou que a recuperação do Jardim Municipal permitiu duplicar aquela área, dotá-la com árvores, espaços verdes, equipamentos públicos e novos serviços, o que estava a ajudar ao aumento da movimentação naquele local, com especial relevo para o investimento muito considerável feito no Concelho, já referido, que permitiu a criação de postos de trabalho, bem como de outros investimentos ao nível agro-industrial e ao nível de algumas habitações particulares, que já estavam a ser recuperadas no âmbito da reabilitação urbana, à volta da nova centralidade agora ali criada. -----

--- Reforçou que o antigo Jardim Municipal podia dizer muito às pessoas mais antigas, que lá tiveram vivências próprias de idade mais jovem, de namoro, de fotografias de casamento, de local de encontros, mas já não era de forma alguma digno para uma vila mais moderna, embora admitisse que a solução encontrada podia ser discutível, como qualquer outra, mas isso não podia

implicar deixar-se de valorizar a própria imagem urbana do Concelho. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Vereador Carlos Jorge, que em relação aos cadeados colocados no portão de acesso à Reserva, esclareceu que existia um portão mais pequeno, situado junto à barragem e um outro portão, situado um pouco mais acima, para acesso ao Alto do Castelo, sendo que tais acessos eram habitualmente encerrados a partir das 17h30m e reabertos entre as 8h00m e as 9h00 da manhã, em conformidade com o horário de trabalho dos funcionários afetos à Reserva, uma vez que, tal espaço não podia ficar aberto durante a noite. Reconhecia que esse facto limitava a plena utilização do percurso, tendo inclusivamente essa questão sido colocada aos técnicos da Entidade de Turismo, aquando da sua visita ao local para desenharem o percurso, mas segundo os mesmos só fazia sentido que a partida e a saída se fizessem naquele local e como tal, foi mantido o percurso dessa forma, mas teria que ser equacionada uma forma de ultrapassar a questão, para que o percurso ficasse acessível a todos durante mais tempo.-----

--- Em relação às lages na Praceta José Pinhão, deu nota de que já tinha transmitido ao encarregado para proceder à colocação das pedras e quanto à sinalização das passadeiras, informou que já tinha sido feito o respetivo levantamento, mas ainda não tinha sido possível colocar a sinalização vertical, até porque ainda existiam passadeiras para pintar. No que respeitava à sinalização das obras, mencionou que não sabia ao que se estavam a referir, pelo que solicitava algum esclarecimento. -----

--- O Senhor Deputado Municipal Abel Pedro esclareceu que se tratava duma obra, situada na estrada de terra batida existente quando se chegava à Rua do Valdaque vindo da Rua Pedro Álvares Cabral e se virava à direita, onde mesmo no meio da estrada havia um buraco enorme e a sinalização que lá tinha sido colocada, certamente não pelos serviços das Câmara, era uma verguinha com uma fita vermelha à volta, que durante o dia era visível, mas durante a noite não se via, havendo o risco de ou se bater na verguinha ou se cair no buraco, e como tal, estavam apenas alertar para a situação, reconhecendo que a responsabilidade não era da Câmara. -----

--- Retomou a palavra o Senhor Vereador Carlos Pereira, esclarecendo que os trabalhos eram da responsabilidade das Águas do Ribatejo, embora a Câmara Municipal tivesse lá ido depois colocar um sinal, quando foi alertada para a situação, tendo também reportado à empresa. Sobre as árvores que tiveram que ser arrancadas, disse que alguém tinha colocado um produto dentro das caldeiras das árvores, que acabou por secar totalmente algumas e outras parcialmente, e como tal, algumas tiveram que ser arrancadas e noutras cortadas algumas pernadas, mas a intenção era recolocar as que se tinham arrancado, esperando que ninguém voltasse a colocar mais produto azul, que se desconhecia o que era. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa questionou se mais alguém pretendia, de forma rápida, apresentar algum assunto, tendo o Senhor Deputado Rodolfo Colhe solicitado a palavra, para clarificar que não tinha nenhum problema com o investimento no Concelho, que era salutar independentemente de onde viesse, mas tinha apenas referido uma área de negócio em concreto, e se a mesma estaria a ser acompanhada. -----

--- O Senhor Deputado Abel Pedro voltou também a intervir, para abordar o tema referido pelo Senhor Deputado Municipal Celestino Brasileiro, sobre a ausência dos eleitos do Partido Socialista, dizendo que também não se congratulava com o facto de não ter a sua bancada totalmente preenchida, sendo certo que existia o regimento, existiam períodos para serem feitas as substituições, mas nem sempre era possível fazê-las e por vezes, quer por razões profissionais, de doença ou apenas pelo facto das pessoas terem sido contactadas em cima da hora, não podiam de maneira nenhuma estar presentes, mas o Partido Socialista não era um partido que faltasse ao respeito a ninguém, pelo que não se tratava duma questão de falta de respeito, mas somente da incompatibilidade das pessoas conseguirem alterar o que já tinham agendado. -----

--- O Senhor Deputado Municipal Celestino Brasileiro voltou a intervir, para dizer que se tinha esquecido de referir que posto de carregamento elétrico, instalado junto ao Jardim, já estava a funcionar, tal como nos outros concelhos da CIMLT. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa deu continuidade aos trabalhos, dando a palavra ao Senhor Deputado Municipal Júlio Pratas, que começou por frisar que os sinais de trânsito eram necessários e como tal, estava de acordo o Senhor Deputado Municipal Armindo Batata, pois era urgente executar esse trabalho, em especial na Rua José Relvas, que constituía de facto um perigo. Referiu que lhe custava ouvir dizer que se previa proibir as crianças de brincarem na Praça José Pinhão, já que a Praça não era nenhum monumento nacional, pois tinha apenas cerca de 15 anos, e só por duas ou três lages se terem partido, não lhe parecia lógico haver uma proibição dessa natureza, até porque em sua opinião, a mesma também tinha sido construída para as crianças brincarem, em particular no verão, e tratavam-se de miúdos de 6 ou 7 anos que andavam de bicicleta, jogavam à bola e andavam de skate, mas certamente não tinham facilidade em partir as pedras, porque não eram jovens de 18 ou 20 anos, pois esses dedicavam-se a outras coisas. Concluiu dizendo que, se a pedra já era reconhecidamente uma pedra frágil aquando da construção da Praça, deveriam ter pensado noutra solução e não decidir agora proibir os miúdos de lá brincarem. -----

--- O Senhor Deputado Municipal Armindo Batata voltou a intervir para dizer que a questão da Vala era um assunto que lhe era muito querido, porque achava que aquele local tinha um grande

potencial para a terra, mas como ninguém acreditava nisso, seria ele a estar errado com certeza, mas de qualquer maneira ficava satisfeito por a limpeza da Vala estar a ser acompanhada pela Agência Portuguesa do Ambiente, até porque nos termos da lei cabia-lhe essa competência de fiscalização. Por outro lado, sugeria que fosse equacionada a questão da divulgação daquele percurso, daquela paisagem bonita, com aquele arvoredos, com aquelas espécies lá existentes, junto de clubes de canoagem, junto da Federação de Canoagem e de outras entidades, porque a forma mais fácil e talvez mais barata, sem recurso a meios mecânicos, de manter a Vala livre das infestantes seria a canoagem, bem como outras práticas que pudessem ter lugar naquele espelho de água. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara tomou de novo a palavra, referindo que não tinha mais nada a acrescentar, a não ser agradecer a sugestão dada, pois era mais uma forma de dinamizar a Vala, concordando plenamente que utilização seria a atividade que melhor permita a preservação e manutenção dos espaços. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa deu início ao período da ordem do dia. -----

--- **Ponto 1 - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo à Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro. Para conhecimento.** -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou, em traços gerais, aquilo que foi a atividade mais relevante em termos institucionais, desportivos e culturais naquele período: -----

--- Foram novamente recebidos em Alpiarça, vários professores e alunos estrangeiros no âmbito do Programa Erasmus, sendo essa também uma forma de procurar divulgar turisticamente o Concelho, sobretudo a gastronomia, os vinhos, a doçaria, a Casa dos Patudos e a zona da Barragem e ajudar a escola a cumprir os objetivos dos seus próprios projetos e programas. -----

--- Foi reaberta a Estação dos CTT, mesmo no final do ano, tendo sido cumprida a palavra dada pela Administração dos CTT, pelo que a reivindicação resultante da luta da população de Alpiarça tinha tido sucesso, sendo a Estação de Alpiarça a segunda a abrir das trinta e oito que tinham fechado. --

--- No âmbito da Ação Social, as iniciativas concentraram-se no período do natal, com trabalho relevante por parte dos serviços do Município. -----

--- Tinha participado nalgumas reuniões institucionais com membros do Governo, nomeadamente, Secretários de Estado do Ambiente, dos Assuntos Fiscais, das Autarquias Locais, do Desenvolvimento Regional e da Proteção Civil e também no Seminário Intermunicipal, realizado na Nazaré. -----

--- Referiu a iniciativa da concentração do Desporto Escolar da Lezíria e Médio do Tejo e o

Parlamento dos Jovens, que contou com a participação na fase local do Deputado e Vice-Presidente da Assembleia República, António Filipe. -----

--- Foram realizadas várias atividades de âmbito cultural na Biblioteca e na Casa dos Patudos, onde até decorreu um seminário realizado em colaboração do Agrupamento de Escolas, subordinado ao tema “A Escola do Séc. XXI, Avaliar Bem Para Ensinar Melhor”. -----

--- Falou, ainda, das obras de limpeza da vala, da inauguração da nova loja do Continente, associada à regeneração urbana do espaço que estava muito degradado e do Desfile de Carnaval, que dominou as atividades e iniciativas durante o período em causa. -----

--- Deu conhecimento da situação financeira do Município de Alpiarça, à data de 20/02/2020, dizendo que a dívida global era de cinco milhões seiscentos e cinquenta e cinco mil trezentos e quarenta e quatro euros e vinte e um cêntimos, o que estava significativamente abaixo da dívida em 2009, que se situava nos treze milhões e trezentos mil euros, tendo havido um grande decréscimo, revelando-se tal redução extremamente pesada para o Município, no sentido de que foi verba que não pôde ser utilizada para fazer outras coisas, mas o que também permitiu que o Município ficasse muito abaixo do limite de endividamento, abrindo perspetivas para que num futuro próximo pudessem estar a discutir, na Assembleia Municipal, um financiamento para fazer face um conjunto de projetos e de candidaturas que tinham ou iam ser apresentadas e de outras obras já previstas. -----

--- O Senhor Deputado Municipal Abel Pedro questionou o Senhor Presidente sobre o conteúdo das reuniões mencionadas, em concreto a dos assuntos fiscais, pois no documento estava referida uma reunião com o Senhor Secretário da Administração Interna, mas em relação às restantes não se dizia quais tinham sido os assuntos abordados. Para além disso, sabia que tinha havido uma reunião com a Secretária do Ambiente sobre a Barragem dos Patudos e os diques do Tejo, pelo que pretendia saber qual o resultado efetivo da mesma, bem como da reunião com o Diretor Geral das Infraestruturas de Portugal. -----

--- Teceu ainda uma consideração sobre o assunto da reabertura dos CTT, dizendo que a luta era sempre bem vinda, mas tinha que se mencionar também, que a ANACOM tinha exigido uma Estação por concelho e portanto, como Alpiarça não tinha nenhuma ficou a ter, ou seja, a luta das pessoas foi importante, mas não se devia reivindicar esse facto como razão para a Estação dos CTT ter sido reaberta em Alpiarça. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal Armindo Batata, que esclareceu que as suas dúvidas já tinham sido colocadas pelo Senhor Deputado Municipal Abel Pedro e eram sobre as reuniões realizadas com os membros do Governo. -----

--- Foi passada a palavra para a Senhora Deputada Municipal Garciete Brito, que disse considerar que a dinâmica de reuniões do executivo com membros do Governo, certamente tinham sido no sentido de trazer mais-valias para o Concelho, mas pretendia que o senhor Presidente explicitasse um pouco melhor quais os assuntos tratados e as conclusões a que tinham chegado nessas reuniões. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara respondeu esclarecendo que a reabertura dos correios tinha ocorrido no dia 30 de Dezembro, pelo que se estava a realizar a primeira Assembleia Municipal após essa data e, como tal, era natural abordar naquela sessão o assunto. Em relação às reuniões com os membros do Governo, explicou que algumas foram realizadas em conjunto com outros autarcas, nomeadamente, no Seminário da CIMLT, que se realizou na Nazaré. -----

--- Outras tinham acontecido por solicitação da Autarquia, no sentido de resolver problemas que eram da responsabilidade do Governo, que não assumia as suas funções, com a justificação de que o Ministro das Finanças ou Secretário de Estado do Orçamento não permitiam, mas em relação à reunião com a Senhora Secretária de Estado do Ambiente, foi colocado novamente o problema da Barragem dos Patudos, da recuperação da massa de água, bem como da Vala de Alpiarça, ou seja, alguns aspetos práticos, até porque estava também presente um representante da Agência Portuguesa do Ambiente. -----

--- Foram abordadas outras questões, como o corte das árvores no Patacão, que afinal depois se veio a saber que o terreno já não estava sob a responsabilidade da APA (era um terreno particular) e a situação dos diques do Tejo. Em relação à Barragem, iriam procurar articular algumas soluções antevistas na reunião, que envolveriam também a CCDR Alentejo e o Programa Operacional de Recursos e do Ambiente e no que respeitava aos diques, tinha sido informado que o Ministério estava a preparar o projeto para a reabilitação dos diques no Concelho de Alpiarça, ou seja, o dique da Junqueira, na parte de Alpiarça no limite com a Chamusca, o dique da Torrinha na parte de Alpiarça e o dique dos Gagos, que se situava exclusivamente no Concelho, pelo que posteriormente tinha enviado uma carta ao Senhor Presidente do Conselho Diretivo da APA a questionar sobre que projetos estavam a ser feitos, as datas previsíveis para o início das obras e a calendarização dessas mesmas obras, mas a qual não obteve resposta. -----

--- A reunião com o Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, foi solicitada pelos Presidentes da Câmara da CIMLT, na qual estiveram cinco ou seis Presidentes de Câmara e o Secretário Executivo, e foram discutidas as questões do IVA das Autarquias, da nova forma de cálculo e de financiamento a partir do Orçamento de Estado, porque nem a própria Associação Nacional dos Municípios sabia exatamente como iria ser aplicado, quais as atividades e em que

medida é que contavam para o cálculo do IVA gerado em cada Município. Por outro lado, foi discutida a retenção por parte da Autoridade Tributária de verbas dos Impostos Municipais, que deviam ser transferidos para os Municípios e não estavam a ser transferidos, sendo que no caso de Alpiarça estava a falar de quatrocentos mil euros, o que era muito considerável, tendo em conta a dimensão e a estrutura financeira do Município. -----

--- Explicou que a reunião com o Senhor Secretário de Estado da Administração Interna se tinha centrado no Quartel da GNR, nas condições em que a GNR exercia atualmente as suas funções no Concelho de Alpiarça, bem como na questão dos efetivos, embora o interesse central tenha sido a construção do novo Posto, inscrito com uma verba próxima de um milhão de euros na programação das infraestruturas das Forças de Segurança, e como tal, assumida pela tutela, até porque o Município assinou o memorando de entendimento para a futura construção do Posto, disponibilizou o terreno e sendo a Câmara Municipal a dona da obra, tinha que garantir que estava tudo a andar e apesar de haver algum atraso na elaboração dos projetos, esperava que o assunto fosse realmente resolvido para que se pudesse avançar com a obra. -----

--- Nas reuniões com a Dr.ª Alexandra Leitão, que foram realizadas durante o Seminário Intermunicipal da CIMLT, as questões abordadas reportaram-se às transferências de competências da segurança e proteção civil e às duas infraestruturas fundamentais ao desenvolvimento da região, em concreto, a Estrada Nacional 118 que necessitava duma intervenção de recuperação desde do Porto Alto até Abrantes, e o IC3 ou A13, ou seja, a conclusão do mesmo, tendo sido apenas assumido que iria ser feita uma intervenção na EN118 por troços, nas zonas mais degradadas, que iria incluir a zona urbana da Vila de Alpiarça. -----

--- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

--- **Ponto 2 - Apreciação do Relatório Anual de Atividades da CPCJ de Alpiarça de acordo com a alínea j) do artigo 18.º da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro. Para conhecimento.** -----

--- O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra à Senhora Deputada Municipal Garciete Brito, que referiu que o relatório apresentava basicamente números, tendo ficado surpreendida com o número de situações ocorridas e que estavam a ser acompanhadas pela CPCJ. De seguida, questionou o que estava a ser feito, que estratégias estavam a ser desenvolvidas no âmbito no acompanhamento das crianças, pelo conjunto de pessoas que dedicavam um total de cerca 48 horas semanais exclusivamente ao projeto, ou seja, não achava que fossem horas a mais, mas apenas que o relatório não dizia muito sobre o que era feito. -----

--- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

--- **Ponto 3 - Apreciação e votação da Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana 2**

de Alpiarça. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da proposta. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que começou a sua intervenção dando conta que o ponto em causa tinha sido aprovado por unanimidade na Câmara, no dia 21 de Fevereiro e tornava-se necessário aprovar o novo período, no qual se manteriam as condições de incentivos à Regeneração Urbana na ARU 2 de Alpiarça, pois era a única que não tinha o plano estratégico ainda aprovado. Lembrou que Alpiarça tinha aprovado três áreas de reabilitação urbana, a primeira em articulação com a Comunidade Intermunicipal, que tinha feito esse trabalho para os Municípios associados, e depois, por razões que se tinham prendido com a possibilidade de candidatar a obra de recuperação da envolvente à Câmara Municipal, tinha sido necessário avançar rapidamente com a ARU 3 e como tal, não tinha sido aprovado o plano estratégico para a ARU 2, pelo que se tornava necessário aprovar um novo prazo, onde se manteriam todos os incentivos aos particulares e ao próprio Município para intervir na Reabilitação Urbana no espaço da ARU durante tal período. -----

--- Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Armindo Batata, para referir que entendia ter existido alguma falta de cuidado na elaboração daquele documento, pois era falso que o Concelho de Alpiarça fosse limitado a Norte pelo Município da Golegã, pois o Concelho de Alpiarça, situando-se na margem esquerda do Rio Tejo, não podia ser limitado a Norte pelo Município da Golegã, a Sul por Almeirim, a Este Chamusca e Oeste por Santarém e acrescentou que tinha consultado os elementos da Direção Geral Território e a Golegã não era Concelho vizinho do Concelho de Alpiarça. Ainda assim, ficava muito grato em perceber que a Câmara assumia que o espaço público estava mal organizado, que ainda não haviam alguns passeios, alguns espaços para circulação de carrinhos de compras, passeios preparados para cadeiras de rodas, porque se tinha chegado ao extremo de colocar contentores em cima dos passeios. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara deu razão ao Senhor Deputado Municipal, mas salientou que o documento tinha sido trabalhado na Comunidade Intermunicipal, aprovado na Câmara e ninguém tinha dado por esse lapso, e que estava agora a ser apenas renovado, pois tinha sido aprovado há uns anos com outra Vereação e, portanto, ninguém à época tinha reparado no erro, mas em relação ao diagnóstico o mesmo era o mais objetivo possível e produzia contributos para aquilo que se pretendesse fazer em termos de intervenção futura. Disse, ainda, que não existia nenhuma cidade que tivesse o seu espaço urbano todo completamente organizado e adaptado às circunstâncias e exigências da vida moderna e do futuro, pelo que o iam alterando de acordo com aquilo que era possível, em Alpiarça ou em qualquer outro lado, pois não era possível alterar séculos de história e de opções tomadas em diferentes momentos. -----

--- Solicitou a palavra o Senhor Vereador António Moreira, para agradecer a atenção do Senhor Deputado Municipal Armindo Batata, dizendo que tinha sempre o cuidado de ver as coisas ao pormenor e até tinha questionado o senhor Presidente sobre situações ligadas ao documento, mas aquela situação tinha-lhe escapado. -----

--- Por seu lado, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que os documentos eram feitos pelas mesmas equipas, para todos os Concelhos da CIMLT e por vezes podiam esquecer-se de eliminar algumas palavras ou referências. -----

--- Tomou a palavra o Senhor Armindo Batata para esclarecer que entendia não ser necessário apenas fazer grande obra, mas também evitar situações de contentores do lixo colocados no passeio, reparar cinco ou dez metros de passeio na sequência de uma obra, pensar num planeamento estratégico para a circulação das pessoas, ou seja, interessava também haver preocupação em pensar nas coisas. -----

--- A Senhora Deputada Municipal Graciete Brito solicitou a palavra para pedir que futuramente os documentos fossem entregues com os mapas visíveis, numa dimensão que permitisse ver os tracejados dos limites da ARU, ao que o Senhor Presidente da Câmara respondeu que podiam fazer chegar o link das ARUS a todas as bancadas, para clarificar as delimitações de todas. -----

--- Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou o ponto à votação, que foi aprovado por unanimidade. -----

--- **Ponto 4 - Apreciação e Votação da Proposta de Modificação ao Orçamento e Grandes Opções do Plano - Revisão n.º 1. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da proposta.** -----

--- Tomou a palavra o Senhor Vereador João Arraiolos, dizendo que a modificação ao orçamento e grandes opções do plano era uma competência da Assembleia Municipal e daí ter que ir à aprovação daquele órgão, sendo que a proposta de alteração se prendia com a questão da aquisição de uma viatura para a CPCJ, que não estava prevista em termos de orçamento e também com a questão do Plano Integrado do Combate ao Insucesso Escolar, nomeadamente, a possibilidade da continuidade do trabalho das duas técnicas que estavam em regime de prestação de serviços e tinham, entretanto, passado para o regime de contrato a termo incerto até ao fim do projeto. -----

--- Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou o ponto à votação, que foi aprovado por unanimidade. -----

--- **Ponto 5 - Apresentação, Discussão e Votação das Propostas de Atas da Assembleia Municipal de Alpiarça, referentes às reuniões de 23/NOV/2018, 21/DEZ/2018 e 20/DEZ/2019. Para Deliberação.** -----

--- Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Graciete Brito, para referir que tinha feito um esforço muito grande para ler as atas, que eram muitas, pois estavam a aprovar atas do ano anterior, sendo que as mesmas continuavam a apresentar várias deficiências de pontuação, erros ortográficos e ao tentarem transcrever integralmente o que era dito nas sessões, por vezes as frases não faziam sentido, tendo mencionado alguns exemplos constantes da ata de 23 de novembro de 2018. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia da Mesa deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal Abel Pedro, que solicitou que a ata do dia 23 de novembro de 2018 fosse retirada, tendo em conta as falhas que apresentava. -----

--- A Senhora Deputada Municipal Graciete Brito tomou de novo a palavra, para salientar que também na ata de 21 de Dezembro de 2018 se verificavam vários lapsos, pelo que entendia que deveria existir mais cuidado e atenção na elaboração das mesmas . -----

--- De seguida, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal João Osório que referiu que achava que os Senhores Deputados Municipais, no espírito de colaboração que devia subsistir naquelas situações, poderiam apresentar sugestões de correção das atas, por escrito e antecipadamente, para que as mesmas fossem atempadamente alteradas, sendo essa a forma mais fácil de trabalhar. -----

--- Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Anabela Costa, dizendo que em sua opinião os trabalhos tinham que ser céleres, pelo que concordava que as bancadas deviam apresentar propostas de alteração das atas por escrito, que poderiam ou não ser aprovadas nas sessões, mas essa era uma pratica que deveria ser retomada na Assembleia Municipal, sob pena de as atas nunca serem aprovadas. -----

--- Tomou a palavra o Senhor Deputado Municipal Celestino Brasileiro, dizendo que naquele sessão já tinham sido feitas algumas sugestões de alterações às atas, pelo que sugeria que com o compromisso de serem feitas as correções aos erros ortográficos e caso a Assembleia concordasse, fossem aprovadas as atas. -----

--- A Senhora Deputada Graciete Brito pediu de novo para intervir, dizendo que em sua opinião uma ata não podia ser feita apenas através da audição duma gravação, pois no seu entender alguém devia tomar apontamentos sobre o que era essencial durante as sessões. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que era sempre feito um esforço em reproduzir minimamente aquilo que cada Deputado dizia, pois se fosse reduzido ou limitado o teor das intervenções, as críticas passariam a ser outras, ou seja, passavam a dizer que da ata não constava tudo o que havia sido dito. -----

--- O Senhor Deputado Abel Pedro voltou a referir que não concordava com a aprovação da ata de 23 de novembro de 2018, porque a mesma não cumpria os requisitos legais, uma vez que, nem sequer referia os elementos do Executivo que estiveram presentes. -----

--- Por fim, o Senhor Presidente da Mesa concluiu dizendo que retirava a ata de 23 de novembro de 2018, para que a mesma fosse completada com as informações em falta conforme sugerido, mas mantinha as outras duas para votação. -----

--- Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação a ata de 21 de dezembro de 2018, que foi aprovada por maioria, com 8 votos a favor e 4 abstenções. -----

--- Foi apresentada declaração de voto pelo Senhor Deputado Municipal Armindo Batata: *“Abstive-me na votação da ata, porque passados mais de um ano sobre a data de realização da correspondente Assembleia, não estou em condições de, recorrendo quase exclusivamente à minha memória, decidir se o descrito corresponde, realmente, ao que se passou”*. -----

--- Posteriormente, colocou à votação a ata de 20 de dezembro de 2019, que foi aprovada por maioria, com 9 votos a favor e 4 abstenções. -----

--- **Ponto 6 - Apresentação, Discussão e Votação de Recomendações, Moções e Votos, conforme disposto no n.º 2 do artigo 20.º do Regimento. Para Deliberação.** -----

--- O Senhor Presidente da Mesa informou que existiam duas moções e um voto de pesar. -----

--- Moção Pela Criação das Regiões Administrativas, apresentada pela bancada da CDU. -----

--- Colocada à votação a Moção foi aprovada por maioria, com 8 votos a favor e 5 abstenções. -----

--- Foi apresentada declaração de voto pelo Senhor Deputado Municipal Abel Pedro: *“Vou falar em nome da Bancada do Partido Socialista. O Partido Socialista é favorável, sempre foi favorável à regionalização, mas não com este modelo apresentado e por isso o nosso voto é o da abstenção.”* -

--- Foi apresentada declaração de voto pelo Senhor Deputado Municipal Armindo Batata: *“Abstive-me na votação desta moção, porque considero precipitada a conclusão de que o PSD nega o avanço do desenvolvimento regional e da autonomia do poder local.”* -----

--- Voto de Pesar pelo falecimento de Maria Manuela Costa Almeida, apresentado pela bancada da CDU. -----

--- A Senhora Deputada Municipal Graciete Brito pediu para intervir, dizendo que iria votar a favor do voto de pesar, porque entendia que qualquer conterrâneo merecia pesar quando falecia, mas tanto quanto lhe tinha sido dado a conhecer, parecia que não tinha sido da forma mais digna que tinham sido recebidos em Alpiarça, nomeadamente, nas condições em que tinham sido colocados a viver, pelo que o Partido Comunista teria que fazer alguma contrição relativamente a tal situação.

--- Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Celestino Brasileiro, para dizer que a opinião da Senhora Deputada Municipal Graciete Brito era a sua e não era a do Francisco Galiza nem da Maria Manuela, tendo de seguida passado a ler um testemunho da própria Manuela. -----

--- Colocado à votação o Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade. -----

--- Moção Pela Construção do Troço em Falta do IC3, apresentada pela bancada da CDU.-----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado Municipal Celestino Brasileiro, que salientou que mesmo não havendo qualquer outra razão urgente para a construção do troço em falta do IC3, existiam pelo menos duas, referidas no texto da moção e que destacava, nomeadamente, a passagem diária de matérias perigosas pelos Concelhos de Almeirim, Alpiarça e Chamusca, que em caso de acidente constituía um grande risco para a população, bem como a passagem pela Ponte da Chamusca, que constituía uma grande dificuldade para quem por lá necessitava de transitar. ----

--- Colocada à votação a Moção foi aprovada por unanimidade. -----

--- Terminada a ordem do dia, foi dada novamente a palavra ao público presente. -----

--- Foi dada a palavra ao munícipe Senhor Ricardo Hipólito, que começou por se congratular com o facto da Vala de Alpiarça estar a ser limpa e apelou por intermédio da Câmara à Agência Portuguesa do Ambiente, para que fizesse um acompanhamento eficaz dos trabalhos, para que não voltasse a acontecer o que tinha acontecido noutras épocas em que a Vala era limpa como se fosse uma “máquina zero”, não havendo sequer o cuidado de limpar sem se partirem árvores. Referiu também que era frequente ver montes de plásticos da agricultura, que não eram retirados, mas simplesmente enterrados, o que também contribuía para uma degradação do ambiente. -----

--- Realçou as palavras do eleito Armindo Batata, no sentido de que era importante que fosse dada utilização à Vala, pois dantes haviam Alpiarcenses que tinham barcos, faziam-se viagens de barco na Vala até onde havia água, ou seja, junto à Lagoalva e recordou que em tempos, também a aplicação de arbusticidas tinha sido outro problema, pois havia uma grande quantidade de arbustos nas margens que foram queimados e isso acabava com a beleza da Vala, mas era importante dizer que o problema ambiental em Alpiarça não se limitava apenas à Vala, sendo disso exemplo a quantidade de árvores que recentemente tinham sido cortadas. -----

--- Frisou que parecia que dantes em Alpiarça não haviam problemas ambientais e agora era só o ambiente que contava, e que algumas pessoas se tinham esquecido dos tempos em que a ETAR deitava porcaria para o Paul, onde a natureza já tinha conseguido criar equilíbrio e a quantidade de matéria orgânica que chegava àquele Paul, em pouco tempo o tinha transformado de novo em algo terrível. Lembrou, ainda, o caso do Patacão, onde houve também uma série de atropelos ao ambiente, como o não cuidar das marachas e portanto, havia muita coisa que se devia ter em

conta e devia ser tratada com seriedade, não adiantando nada estar-se constantemente a atirar pedregulhos uns aos outros. -----

--- Em relação à intervenção da eleita Graciete Brito sobre o Galiza, disse respeitar a sua opinião, mas era importante esclarecer que o próprio Galiza tinha uma grande preocupação em que a História não fosse adulterada e agora era a sua própria história que estava a ser adulterada. Revelou que não conhecia o Galiza e o que se lembrava dele era vê-lo às vezes sozinho, sentado no selim da sua bicicleta, junto das tabernas que existiam ao pé do Jardim, mas depois tinha começado a conhecer o passado dele e tinha pedido ao Álvaro Brasileiro que lhe fizesse a ponte de ligação com o Chico Galiza, para ver se conseguia conversar com ele e desde essa altura tinham passado horas e horas a conversar. -----

--- Explicou que o Galiza tinha estado ausente de Alpiarça desde 1959 até 1975, vindo cá algumas vezes, sem que pudesse ser reconhecido e tal como o próprio lhe tinha contado, relativamente ao seu regresso a Alpiarça, quando chegou em 1975 houve uma pessoa, que na altura seria simpatizante ou militante do Partido Socialista, que lhe foi oferecer emprego e ele respondeu a essa pessoa que tinha andado desde 1959 até 1974 a correr sérios riscos de vida e privado de liberdade e na altura não tinha sequer uma casa condigna desse nome, pois vivia numa pequena dependência, onde num dia de intempérie estava na cama com o chapéu de chuva aberto para não lhe cair a chuva em cima. Depois, foi abordado pelo Álvaro Brasileiro que era militante do Partido Comunista, foi abordado pelo Carlos Pinhão que era membro do Comité Central do Partido Comunista para o apoiarem e ele recusou, sendo que o único apoio que ele aceitou foi um programa da Câmara Municipal de Alpiarça, através do qual era possível construir uma casa e ele aceitou, porque era um programa do Governo Central aplicado em cada território pelas câmaras, mas nem nisso teve sorte, porque quando o seu projeto estava para ser aprovado o programa acabou e a sua casa foi construída com dinheiro que ele conseguiu fazer de alguns meloais. -----

--- Na verdade, várias pessoas se tinham disponibilizado para o ajudar, quer do Partido Socialista, quer do Partido Comunista, mas ele sempre recusou, porque não andou a lutar para ter benefícios pessoais, mas sim por uma causa em que acreditava e acredita, por isso era importante que não se adulterasse a História, pois qualquer dia a verdade passava a ser outra e na realidade, ele nunca tinha saído do Partido Comunista, portanto, se ele tivesse passado por uma situação de abandono do Partido dele, com certeza que tinha reagido e não reagiu, sendo por isso importante que a verdade histórica não fosse adulterada. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à 2.^a Secretária Fernanda Garnel, para ler a minuta da ata, que foi aprovada por unanimidade, sendo assinada pelos membros da Mesa da

Assembleia e nada mais havendo a tratar, foi a sessão encerrada eram 0h19m. -----

Presidente da Assembleia Municipal Fernando Louro _____

2.ª Secretária, Fernanda Garnel _____

Secretário João Osório _____

--- Alpiarça, aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte. -----